Língua Portuguesa

TEXTO I

Adoecemos a Terra e a Terra nos adoece.

De uma ou de outra forma, todos nós sentimos doentes física, psíquica e espiritualmente. Há muito sofrimento, desamparo, tristeza e decepção que afetam grande parte da humanidade. Já o dissemos aqui: da recessão econômica passamos à depressão psicológica. A causa principal deriva da intrínseca relação existente entre o ser humano e a Terra viva. Entre ambos vigora um envolvimento recíproco.

Nossa presença na Terra é agressiva, movemos uma guerra total à Gaia, atacando-a em todas as frentes. A consequência direta é que a Terra adoece. Ela o mostra pela febre (aquecimento global), que não é uma doença, mas aponta para uma doença: sua incapacidade de continuar a nos oferecer seus bens e serviços naturais. A partir de 2 de setembro de 2017 ocorreu a *Sobrecarga da Terra*, vale dizer, as reservas da Terra chegaram ao fundo do poço. Entramos no vermelho. Para termos o necessário e, pior, para mantermos o consumo suntuário e o desperdício dos países ricos, devemos arrancar à força seus "recursos" para atender as nossas demandas. Até quando a Terra aguentará? A consequência será que teremos menos água, menos nutrientes, menos safras e os demais itens indispensáveis para a vida.

Nós, consoante nova cosmologia, que formamos uma grande unidade, uma verdadeira entidade única com a Terra, participamos da doença da Terra. Pela agressão aos ecossistemas e pelo consumismo, pela falta de cuidado da vida e da biodiversidade adoecemos a Terra.

Isaac Asimov, cientista russo, famoso por seus livros de divulgação científica, escreveu um artigo a pedido da revista *New York Times*, (do dia 9 de outubro de 1982) por ocasião da celebração dos 25 anos do lançamento do Sputnik que inaugurou a era espacial, sobre o legado deste quarto de século espacial. O primeiro legado, disse ele, é a percepção de que, na perspectiva das naves espaciais, a Terra e a humanidade formam *uma única entidade*, vale dizer, um único ser, complexo, diverso, contraditório e dotado de grande dinamismo, chamado pelo conhecido cientista James Lovelock, de Gaia. Somos aquela porção da Terra que sente, pensa, ama e cuida.

O segundo legado, consoante Asimov, é a irrupção da consciência planetária: a Terra é o grande objeto do pensamento e não mais as nações. Terra e Humanidade possuem um destino comum. O que se passa num, se passa também no outro. Adoece a Terra, adoece juntamente o ser humano; adoece o ser humano, adoece também a Terra. Estamos unidos pelo bem e pelo mal.

Mas também ocorre o inverso: sempre que nos mostramos mais saudáveis, cuidando melhor de tudo, recuperando a vitalidade dos ecossistemas, melhorando nossos alimentos orgânicos, despoluindo o ar, preservando as águas e as florestas é sinal de que nós estamos revitalizando a nossa Casa Comum.

Segundo Ilya Prigogine, cientista russo-belga, prêmio Nobel em química (1977), a Terra viva desenvolveu *estruturas dissipativas*, isto é, estruturas que dissipam a entropia (perda de energia). Elas metabolizam a desordem e o caos (dejetos) do meio ambiente de sorte que surgem novas ordens e estruturas complexas que se auto-organizam, fugindo à entropia e positivamente, produzindo sintropia (produzindo energia: *Order out of Chaos,* 1984*).*

Assim, por exemplo, os fótons do sol são para ele, inúteis, energia que escapa ao queimar hidrogênio do qual vive. Esses fótons que são desordem (rejeito) servem de alimento para a Terra, principalmente para as plantas quando estas processam a fotossíntese. Pela fotossíntese, as plantas, sob a luz solar, decompõem o dióxido de carbono, alimento para elas e liberam o oxigênio, necessário para a vida animal e humana.

O que é desordem para um serve de ordem para outro. É através de um equilíbrio sutil entre ordem e desordem (caos: Dupuy, *Ordres et Désordres*, 1982) que a vida se mantém (Ehrlich, *O mecanismo da natureza,* 1993). A desordem força a criar novas formas de ordem, mais altas e complexas com menos dissipação de energia. A partir desta lógica, o universo caminha para formas cada vez mais complexas de vida e assim para uma redução da entropia (desgaste de energia).

[...] A solidariedade, o amor, a compaixão, o pensamento, a comunicação são energias fortíssimas com escasso nível de entropia e alto nível de sintropia. Nesta perspectiva temos pela frente não a morte térmica, mas a transfiguração do processo cosmogênico se revelando em ordens supremamente ordenadas, criativas e vitais.

Quanto mais nossas relações para com a natureza forem amigáveis e entre nós, cooperativas, mais a Terra se vitaliza. A Terra saudável nos faz também saudáveis. Curamo-nos conjuntamente.

BOFF, ***Adoecemos a Terra e a Terra nos adoece.*** (texto adaptado)
Disponível em: <https://leonardoboff.wordpress.com/2017/10/28/adoecemos-a-terra-e-a-terra-nos-adoece/>.
Acesso em: 20 fev. 2018.

Questão 01

Segundo esse texto, o adoecimento da Terra está relacionado à/ao
(A) utilização de alimentos orgânicos.
(B) controle do uso de recursos naturais.
(C) despoluição do ar.
(D) consumo exagerado.

Questão 02

Com base no texto lido, para conseguirmos o necessário para atender as nossas demandas é preciso
(A) desperdiçar mais que os países ricos.
(B) consumir mais que os países ricos.
(C) retirar os recursos que abastecem os países ricos.
(D) fazer aliança com os países ricos.

Questão 03

A respeito do trecho *Entre ambos vigora um envolvimento recíproco,* (ℓ.4) é **CORRETO** afirmar que o ser humano e a Terra viva
(A) possuem uma relação íntima.
(B) existem como uma descontinuidade.
(C) são autônomos.
(D) são completamente opostos.

Questão 04

A consequência será que teremos menos água, menos nutrientes, menos safras e os demais itens indispensáveis para a vida. (ℓ. 11-12)

Nesse trecho, os termos sublinhados possuem uma função sintática que **NÃO** se vê na alternativa
(A) Somos aquela porção da Terra que sente, pensa, ama e cuida.
(B) [...] sua incapacidade de continuar a nos oferecer seus bens e serviços naturais.
(C) [...] melhorando nossos alimentos orgânicos [...].
(D) [...] sempre que nos mostramos mais saudáveis [...].

Questão 05

Isaac Asimov, cientista russo, famoso por seus livros de divulgação científica, escreveu um artigo a pedido da revista New York Times [...]. (ℓ. 16-17)

O termo sublinhado é um
(A) aposto.
(B) vocativo.
(C) agente da passiva.
(D) complemento nominal

Questão 06

O primeiro legado, disse ele, é a percepção de que, na perspectiva das naves espaciais, a Terra e a humanidade formam uma única entidade [...]. (ℓ.18-19)

No trecho sublinhado, as vírgulas são utilizadas para isolar
(A) uma expressão explicativa.
(B) uma oração intercalada.
(C) um vocativo.
(D) um aposto.

Questão 07

*Somos aquela porção da Terra **que** sente, pensa, ama e cuida.* (ℓ. 21)

Nesse período, o termo em **destaque** possui a mesma classe gramatical que se observa na seguinte alternativa:
(A) [...] estruturas que dissipam a entropia (perda de energia).
(B) A consequência direta é que a Terra adoece.
(C) [...] sempre que nos mostramos mais saudáveis [...].
(D) [...] é sinal de que nós estamos revitalizando a nossa Casa Comum.

Questão 08

De acordo com o Texto I, *O segundo legado, consoante Asimov, é a irrupção da consciência planetária.*[...] (ℓ.22)

Essa definição quer dizer que Terra e humanidade
(A) devem ser pensadas separadamente.
(B) são peças essenciais do pensamento.
(C) possuem fins distintos.
(D) estão adoecendo isoladamente.

Questão 09

Terra e Humanidade possuem **um destino comum**. (ℓ. 23)

Nessa oração, a expressão **destacada** exerce uma função sintática que **NÃO** pode ser verificada também na alternativa a seguir.
(A) Há muito sofrimento, desamparo, tristeza e decepção.
(B) [...] participamos da doença da Terra.
(C) [...] que formamos uma grande unidade [...].
(D) [...] recuperando a vitalidade dos ecossistemas [...].

Questão 10

No trecho *Adoece a Terra, adoece **juntamente** o ser humano; adoece o ser humano, adoece também a Terra,* (ℓ.24-25) a palavra em destaque possui a mesma classe gramatical do termo sublinhado em

(A) [...] o universo caminha para formas cada vez mais complexas de vida [...].
(B) [...] formamos uma grande unidade, uma verdadeira entidade única com a Terra [...].
(C) [...] liberam o oxigênio, necessário para a vida animal e humana.
(D) [...] os fótons do sol são para ele, inúteis [...].

Questão 11

No trecho *Estamos unidos pelo bem e pelo mal,* (ℓ. 25), as palavras destacadas correspondem, morfologicamente, a

(A) adjetivos.
(B) advérbios.
(C) substantivos.
(D) pronomes.

Questão 12

Elas metabolizam a desordem e o caos (dejetos) do meio ambiente de sorte que surgem novas ordens. (ℓ. 30-31)

A relação sintático-semântica estabelecida pelo conector destacado nesse trecho é de

(A) condição.
(B) concessão.
(C) causa.
(D) consequência.

Questão 13

*Elas metabolizam a desordem e o caos (dejetos) do meio ambiente de sorte que surgem novas ordens e estruturas complexas que **se** auto-organizam [...].*(ℓ. 30-32)

A palavra em **destaque** pode ser classificada como

(A) índice de indeterminação do sujeito.
(B) partícula apassivadora.
(C) objeto indireto.
(D) adjunto adnominal.

Questão 14

Assim, por exemplo, os fótons do sol são para ele, inúteis, energia que escapa ao queimar hidrogênio do qual vive. (ℓ.34-35)

As palavras que seguem, respectivamente, a mesma regra de acentuação gráfica das destacadas no trecho acima, são as seguintes:

(A) fácil – útil.
(B) prótons – fiéis.
(C) vírus – jóquei.
(D) elétrons – saudáveis.

Questão 15

*Pela fotossíntese, as **plantas**, sob a luz solar, decompõem o dióxido de carbono, alimento para elas e liberam o oxigênio, necessário para a vida animal e humana.* (ℓ. 36-37)

O termo em **destaque** é retomado por um dos seguintes mecanismos de coesão textual:

(A) recorrenciais.
(B) lexicais.
(C) gramaticais.
(D) sequenciais.

Questão 16

Considerando o texto lido, o trecho *O que é desordem para um serve de ordem para outro* (ℓ.38) significa que a desordem

(A) impele um modo de transformação.
(B) instaura o caos.
(C) propõe uma ordem disfarçada.
(D) percorre um caminho simples.

Questão 17

*Nesta perspectiva temos pela frente não a morte térmica, **mas** a transfiguração do processo cosmogênico se revelando em ordens supremamente ordenadas, criativas e vitais.* (ℓ. 44-45)

Nesse fragmento, o conector destacado pode ser substituído sem prejuízo de sentido por

(A) embora.
(B) contudo.
(C) caso.
(D) enquanto.

Questão 18

Curamo-nos conjuntamente. (ℓ. 47)
Nesse trecho, há a ocorrência de um ênclise.

A justificativa que **NÃO** corresponde a essa colocação pronominal, de um modo geral, ocorre com o verbo no

(A) início da frase.
(B) imperativo afirmativo.
(C) infinitivo impessoal.
(D) futuro do pretérito.

Questão 19

Leia esta história em quadrinho.

Disponível em: < http://rquadrinhos.blogspot.com.br/2012/10/calvin-o-sabio.html>.
Acesso em: 30 abr. 2018.

No período [...] *de que existem formas de vida inteligente fora da terra* [...], o verbo existir pode ser substituído, sem prejuízo de sentido, por

(A) tem.
(B) chega.
(C) há.
(D) faz.

Questão 20

Leia a seguinte charge:

Disponível em: <http://www.jornalcorreiocacerense.com.br/ver_noticia.php?noticia=12560>.
Acesso em 30 abr. 2018.

Em relação ao texto da charge, pode-se afirmar que

(A) a crase utilizada pode ser retirada.
(B) a palavra *zero* é um numeral.
(C) o verbo jogar no singular está incorreto.
(D) o pronome *me* pode vir depois do verbo sentir.

Regimento Interno

Questão 21

Compete ao Corregedor geral da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima (ALE-RR)

(A) inspecionar e superintender os serviços administrativos da Assembleia e fiscalizar-lhe as despesas.
(B) auxiliar os 1º e 2º Secretários e substituí-los em suas ausências, impedimentos e afastamentos.
(C) supervisionar as atividades parlamentares no tocante aos princípios da Legalidade, da Moralidade, da Ética e do Decoro.
(D) substituir o Presidente em suas ausências ou impedimentos e votar nas decisões da Mesa.

Questão 22

Conforme estabelecido no Regimento Interno da ALE-RR, pode-se afirmar que as comissões são permanentes e temporárias, respectivamente, aquelas que

(A) subsistem nas legislaturas e se extinguem com o término da legislatura, ou antes dele, se atingido o fim para que foram criadas ou findo o prazo estipulado para o seu funcionamento.
(B) se extinguem com o término da legislatura, ou antes dele, se atingido o fim para que foram criadas ou findo o prazo estipulado para o seu funcionamento e as que subsistem nas legislaturas.
(C) subsistem nas legislaturas e se extinguem apenas com o término da legislatura, se atingido o fim para que foram criadas ou findo o prazo estipulado para o seu funcionamento e as que subsistem nas legislaturas.
(D) se extinguem apenas com o término da legislatura e as que subsistem nas legislaturas, se atingido o fim para que foram criadas ou findo o prazo estipulado para o seu funcionamento e as que subsistem nas legislaturas.

Questão 23

Considerando-se a ALE-RR, o prazo inicial para funcionamento da Comissão Parlamentar de inquérito será de

(A) 30 dias.
(B) 60 dias.
(C) 90 dias.
(D) 120 dias.

Questão 24

Compete às Comissões Permanentes, em razão da matéria que lhes afeta, manifestar-se especificamente, dentre outras, sobre a seguinte proposição:

(A) criação, incorporação, fusão e desmembramento de municípios; perda de mandato de Deputado; intervenção nos municípios.
(B) autorização para os deputados se ausentarem do País e do Estado, alteração de Códigos e regime jurídico e estatuto dos servidores públicos civis e militares.
(C) uso e gozo, interrupção e alteração de empreendimentos públicos; conhecer do pedido de licença para processo de Deputado e decidir sua prisão.
(D) autorização da ausência do Governador e do Vice-Governador do Estado, nos termos do Inciso XIV do Art. 33 da Constituição do Estado e política de abastecimento, comercialização e exportação de produtos agropecuários.

Questão 25

Os membros das comissões da ALE-RR são designados

(A) apenas por indicação do presidente ou dos blocos parlamentares.
(B) pelo presidente da assembleia e pelos deputados mais antigos.
(C) pelo Presidente da Assembleia, por indicação dos líderes das bancadas ou dos blocos parlamentares.
(D) apenas por indicação dos líderes das bancadas ou dos blocos parlamentares.

Questão 26

Durante o recesso da ALE-RR, haverá uma Comissão, que será composta pelo Presidente da Assembleia e por um membro de cada partido com assento na Casa, nomeada como Comissão

(A) Especial.
(B) Extraordinária.
(C) Interina.
(D) de Representação.

Questão 27

A vaga na ALE-RR se verificará, por somente, quando houver

(A) falecimento, renúncia ou perda de mandato.
(B) falecimento ou renúncia.
(C) renúncia ou perda de mandato.
(D) falecimento.

Questão 28

A defesa do Poder Legislativo, de seus órgãos e membros, quando atingidos em sua honra ou imagem perante a sociedade, em razão de exercício do mandato ou das suas funções institucionais, caberá à
(A) Comissão Permanente.
(B) Consultoria Jurídica.
(C) Comissão Jurídica.
(D) Comissão Temporária.

Questão 29

As matérias encaminhadas à Comissão de Constituição e Justiça e Redação Final, após análise, fazendo-se os devidos registros protocolares e comunicação imediata ao serviço competente da Mesa Diretora, para efeito de controle dos prazos, serão remetidas conjuntamente às demais Comissões
(A) Permanentes.
(B) Especiais.
(C) Extraordinárias.
(D) Temporárias.

Questão 30

Haverá perda de mandato de um deputado **EXCETO,** quando ele
(A) deixar de comparecer, em cada Sessão Legislativa Ordinária, à terça parte das reuniões ordinárias, salvo licença ou missão autorizada pela Assembleia legislativa.
(B) sofrer condenação criminal em sentença transitada em julgado.
(C) adotar procedimento declarado incompatível com o decoro parlamentar.
(D) não prestar compromisso na forma e no prazo previsto no Regimento Interno.

Questão 31

Conforme previsto no Regimento da ALE-RR, o Deputado que descumprir os deveres decorrentes do mandato ou praticar ato que afete a dignidade da investidura estará sujeito a processo e poderá sofrer as seguintes penalidades, se for o caso:
(A) censura ou multa.
(B) perda de mandato e censura.
(C) impedimento definitivo do exercício do mandato.
(D) multa e impedimento temporário.

Questão 32

Avalie se incumbe ao Corregedor cada uma destas atribuições.
I. Promover, em colaboração com a Mesa, a manutenção do decoro, da ordem e da disciplina, no âmbito da Assembleia Legislativa.
II. Requisitar informações ou cópia de documentos a qualquer órgão ou servidor da Assembleia Legislativa que detenha a sua guarda.
III. Requisitar depoimento de servidor da Assembleia Legislativa, para prestar esclarecimentos que possam ser declarados, a respeito dos fatos, objeto de investigação.
IV. Liberar o porte de arma, dos servidores da Assembleia Legislativa.

A seguir, assinale a alternativa que contempla plenamente todas as afirmações **CORRETAS**.
(A) I e III
(B) I, II e III
(C) II, III e IV
(D) I, III e IV

Questão 33

Bancada é o agrupamento organizado dos Deputados de uma mesma representação partidária, cabendo-lhes escolher o Líder, quando a representação dos deputados for igual ou superior a
(A) cinco.
(B) três.
(C) dois.
(D) um.

Questão 34

José Eduardo, Deputado Estadual do Estado de Roraima, requereu à Mesa Diretora licença por interesse particular, inicialmente por 120 dias, com fundamento no Regimento Interno.

Esse requerimento deve ser
(A) deferido, podendo ser prorrogado por mais 30 dias.
(B) indeferido, uma vez que o prazo é de 60 dias, inicialmente.
(C) indeferido, porque não se trata de motivo autorizador do requerimento.
(D) deferido, sendo improrrogável.

Questão 35

São sessões especiais da Assembleia aquelas que se realizam
(A) fora do recinto da sede do Poder Legislativo.
(B) em horário ou dia diversos dos fixados para as ordinárias.
(C) precedendo a instalação da legislatura.
(D) para comemorações ou homenagens.

Questão 36

Na forma do Regimento Interno da ALE-RR, compete à mesa Diretora, **EXCETO**
(A) promulgar emendas à Constituição Estadual.
(B) conceder licença a Deputado.
(C) legislar sobre Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU).
(D) estabelecer limites de competência para as autorizações de despesas.

Questão 37

Conforme estabelece o Regimento Interno da ALE-RR, é de competência do 1º secretário
(A) cumprir e fazer cumprir o Regimento, sem prejuízo de competência do plenário.
(B) conceder licença a Deputado.
(C) redigir a ata das sessões secretas.
(D) despachar a matéria de pequeno expediente.

Questão 38

Conforme estabelecido no Regimento Interno da ALE-RR, pode-se afirmar que as comissões são permanentes, e temporárias, respectivamente, aquelas que
(A) subsistem nas legislaturas e se extinguem com o término da legislatura, ou antes dele, se atingido o fim para que foram criadas ou findo o prazo estipulado para o seu funcionamento.
(B) se extinguem com o término da legislatura, ou antes dele, se atingido o fim para que foram criadas ou findo o prazo estipulado para o seu funcionamento e as que subsistem nas legislaturas.
(C) subsistem nas legislaturas e se extinguem apenas com o término da legislatura se atingido o fim para que foram criadas ou findo o prazo estipulado para o seu funcionamento e as que subsistem nas legislaturas.
(D) se extinguem apenas com o término da legislatura e as que subsistem nas legislaturas, se atingido o fim para que foram criadas ou findo o prazo estipulado para o seu funcionamento e as que subsistem nas legislaturas.

Questão 39

Luis Eduardo, presidente da ALE-RR, tem como atribuição quanto à mesa, conforme estabelecido pelo Regimento Interno,
(A) convocar extraordinariamente a assembleia.
(B) distribuir a matéria que dependa de parecer.
(C) constituir e presidir, com direito a voto, a Comissão de Representação.
(D) despachar requerimentos.

Questão 40

O Regimento Interno estabelece que as Comissões da Assembleia são
I. permanentes, as que subsistem nas legislaturas.
II. temporárias. as que se extinguem apenas com o término da legislatura.
III. especiais, as que se extinguem logo tenha sido atingido o fim para que foram criadas.

Está plenamente **CORRETO** o que se afirma em
(A) I, II e III.
(B) II e III.
(C) I.
(D) I e III.

Conhecimentos Específicos

Questão 41

Com relação à desapropriação, analise as afirmações a seguir, considerando-as Verdadeiras (V) ou Falsas(F).
I. A competência privativa para *legislar* sobre desapropriação é do Município.
II. A competência para declarar utilidade pública de imóvel para *fins urbanísticos* é da União.
III. São pressupostos da desapropriação a *utilidade pública* e o *interesse social*.
IV. A desapropriação pode ter por objeto qualquer bem móvel ou imóvel dotado de valoração patrimonial.

Então, a alternativa que contempla a sequência **CORRETA**, lida de cima para baixo, é a seguinte:
(A) V V F F.
(B) F F V V.
(C) V V V F.
(D) V F F F.

Questão 42

A Constituição Federal, em seu artigo 37, registra os princípios constitucionais da administração pública.

No tocante aos instrumentos jurídicos específicos: o direito de petição, as certidões e a ação administrativa *ex-officio* de divulgação de informações de interesse público, está concretizado o princípio da

(A) publicidade.
(B) eficiência.
(C) moralidade.
(D) impessoalidade.

Questão 43

Pela Lei Federal Nº 12.527, de 18 de novembro de 2011(Lei de Acesso à Informação), que regulamenta o direito constitucional de acesso às informações públicas, a decisão, no âmbito da administração pública federal, sobre o tratamento e a classificação de informações sigilosas, caberá ao/à

(A) Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República.
(B) Núcleo de Segurança e Credenciamento.
(C) Casa Civil da Presidência da República.
(D) Comissão Mista de Reavaliação de Informações.

Questão 44

O Tribunal de Contas é o órgão integrante do Congresso Nacional que tem a função constitucional de auxiliá-lo no controle financeiro externo da Administração Pública, como emana do Artigo 71 da atual Constituição.

Analise as seguintes atribuições do Tribunal de Contas no tocante ao controle financeiro da Administração:

I. É o órgão que julga as contas do Presidente da República e elabora parecer prévio a ser analisado pelo Congresso Nacional.
II. É o órgão que aprecia as contas dos Prefeitos, mas a Câmara Municipal é que as julga.
III. Aplica sanções aos responsáveis por conduta ilícita no processo de despesas públicas.
IV. Permite-lhe exercer controle sobre entidades administrativas vinculadas a ente federativo diverso.

Assinale a alternativa plenamente **CORRETA**.

(A) II e III.
(B) I, II e III.
(C) I, II e IV.
(D) I e IV.

Questão 45

Sobre a formalização dos contratos administrativos, é **INCORRETO** afirmar que

(A) é nulo e de nenhum efeito o contrato verbal com a Administração, salvo o de pequenas compras de pronto pagamento, assim entendidas aquelas de valor não superior a 5% (cinco por cento) do limite estabelecido para a modalidade convite.
(B) o objeto e seus elementos característicos são cláusulas necessárias aos contratos administrativos.
(C) os contratos e seus aditamentos serão lavrados nas repartições interessadas, as quais manterão arquivo cronológico dos seus autógrafos e registro sistemático do seu extrato, salvo os relativos a direitos reais sobre imóveis.
(D) a Administração Pública não pode substituir o instrumento de contrato por outros instrumentos hábeis.

Questão 46

Acerca da classificação dos atos administrativos, a *autorização* para exploração de jazida é exemplo de ato

(A) declaratório.
(B) enunciativo.
(C) constitutivo.
(D) geral.

Questão 47

Provimento é o fato administrativo que traduz o preenchimento de um cargo público. Várias são as formas de provimento, todas dependentes de um ato administrativo de formalização.

É **CORRETO** afirmar que *recondução* é o/a

(A) ato administrativo que materializa o provimento originário.
(B) forma de provimento pela qual o servidor passa a ocupar cargo diverso do que ocupava, tendo em vista a necessidade de compatibilizar o exercício da função pública com a limitação sofrida em sua capacidade física ou psíquica.
(C) retorno do servidor que tenha estabilidade ao cargo que ocupava anteriormente, por motivo de sua inabilitação em estágio probatório relativo a outro cargo.
(D) forma de provimento pela qual o servidor sai de seu cargo e ingressa em outro situado em classe mais elevada.

Questão 48

Considerando a natureza e o papel desempenhado pelas autarquias, o ordenamento jurídico lhes atribui algumas prerrogativas de direito público.

Com relação às prerrogativas autárquicas, avalie as relacionadas a seguir, como Verdadeiras ou Falsas.

I. Imunidade tributária.
II. Prescrição decenal.
III. Goza de prazo em dobro para todas as suas manifestações processuais, contado a partir da intimação pessoal.
IV. Estão sujeitas ao duplo grau de jurisdição.

Logo, a sequência **CORRETA**, lida de cima para baixo, é a seguinte:

(A) V V V F.
(B) V V F F.
(C) F V V V.
(D) V F V V.

Questão 49

Determinado órgão público realizou licitação para aquisição de material de expediente. Durante a sessão pública, um dos licitantes do certame manifestou imediata e motivada intenção de recorrer com relação ao item licitado, tendo sido concedido o prazo de 3 (três) dias para apresentação das razões do recurso. O recurso interposto pelo licitante foi acolhido e, após análise, o mesmo foi aceito e a licitação seguiu o seu rito procedimental para adjudicação e homologação do item.

De acordo com a Lei Federal Nº 10.520/2002 (Institui a modalidade de licitação Pregão), nessa situação, o item objeto da licitação será

(A) adjudicado e homologado pela Autoridade Competente.
(B) adjudicado e homologado pelo pregoeiro.
(C) adjudicado pelo pregoeiro e homologado pela Autoridade Competente.
(D) homologado pela Autoridade Competente, sem a necessidade de adjudicação.

Questão 50

Qualquer agente público que dispensar ou inexigir licitação fora das hipóteses previstas em lei, ou deixar de observar as formalidades pertinentes à dispensa ou à inexigibilidade, segundo a Lei Federal Nº 8.666/93, está incorrendo em crime contra a Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

Esse delito está tipificado na referida norma com pena de multa, e de detenção de

(A) 2 (dois) a 4 (quatro) anos.
(B) 2 (dois) a 3 (três) anos.
(C) 3 (três) a 5 (cinco) anos.
(D) 6 (seis) meses a 2 (dois) anos.

Questão 51

A soberania popular é exercida por sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, nos termos da Lei. Nº 9.709/98 e das normas constitucionais pertinentes, mediante

(A) referendo e plebiscito.
(B) plebiscito, referendo e iniciativa popular.
(C) iniciativa popular, somente.
(D) plebiscito e iniciativa popular.

Questão 52

O Poder Constituinte Reformador exalta a capacidade de modificação do texto constitucional.

Assim, de acordo com a Constituição da República Federativa do Brasil (CRFB/88), ele se revela no Brasil desde que

(A) por meio de emenda à Constituição, cujo projeto conste com mais da metade das Assembleias Legislativas das unidades da Federação, se manifeste, cada uma delas, pela maioria relativa de seus membros.
(B) haja três quintos de deputados e senadores em sessão unicameral.
(C) seja promulgada pelas Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal em sessão bicameral.
(D) haja aprovação das respectivas casas do congresso em dois turnos e com dois terços dos presentes.

Questão 53

Dagoberto acessou uma página da Receita Federal na Internet e verificou que os seus dados pessoais da última declaração se encontram disponíveis para todos os internautas.

Indignado com esse fato, e querendo retirar seus dados da referida página, ele poderá ingressar com

(A) mandado de injunção.
(B) mandado de segurança.
(C) *habeas data.*
(D) ação popular.

Questão 54

Observando que a Constituição de 1988 trouxe uma gama de benefícios, tais como a garantia de um foro por prerrogativa de função aos ocupantes de determinados cargos dentro da administração publica, o STJ e os Tribunais Regionais Federais (TRF)s, respectivamente, irão processar e julgar os

(A) Deputados estaduais no caso de crime de responsabilidade e os vereadores, quando de cometimento de crimes comuns.

(B) Ministros de Estado no caso de cometimento de crime comum e os Governadores dos estados, no caso de cometimento de crimes de responsabilidade.

(C) Governadores dos estados no caso de cometimento de crimes de responsabilidade e todos os Defensores públicos.

(D) Ministros dos tribunais de conta dos municípios, no caso de cometimento de crimes de responsabilidade e os juízes federais com competência militar.

Questão 55

O controle da constitucionalidade das leis é um dever de todos os poderes da República Federativa do Brasil. Cada um a seu tempo, esse controle se subdivide em político e jurisdicional.

Sendo certo que o controle jurisdicional é reconhecidamente mais efetivo, quando exercido de forma repressiva, é **CORRETO** que ele

(A) somente será exercido em uma Medida Provisória (MP), em caráter excepcionalíssimo, quando flagrante a ausência de urgência e relevância.

(B) poderá ser exercido sobre qualquer projeto de lei, bastando a provocação por parte do interessado.

(C) poderá ser exercido sob as Emendas Constitucionais (EC), somente para questionar o seu conteúdo.

(D) não poderá ser exercido sob projetos de lei ou medidas provisórias, já que elas ainda não possuem validade.

Questão 56

Uma lei complementar, ainda enquanto projeto, foi votada e aprovada por maioria de votos do plenário do Senado Federal, que funcionou como casa revisora, e, posteriormente, foi sancionada pelo Presidente da República.

À luz do controle de constitucionalidade, será uma norma

(A) materialmente inconstitucional, já que o quórum de aprovação de uma lei complementar é de maioria absoluta.

(B) formalmente inconstitucional, já que o quórum de aprovação de uma lei complementar é de maioria absoluta.

(C) formalmente constitucional, porque a norma não contraria nenhum princípio ou dispositivo constitucional institutivo.

(D) materialmente constitucional, porque, salvo disposição constitucional em contrário, o quórum de aprovação de uma lei complementar será de maioria de votos.

Questão 57

O Governador do estado membro "A", com vistas a reduzir a violência e aumentar a arrecadação do estado, envia para a assembleia legislativa um projeto de lei, regulamentando o chamado "Jogo do Bicho", e transformando-o em modalidade de loteria regular. Como justificativa, o Governador apresenta o fato de que essa lei irá colaborar com a arrecadação de impostos, já que o jogo passará a ser tributado; que os operadores passarão a nutrir vínculo empregatício e que a violência irá diminuir em razão da redução da luta pelos pontos de apostas.

O referido projeto de lei deve ser considerado

(A) inconstitucional, pois não compete ao estado tributar tal atividade.

(B) constitucional, pois a regulamentação atingirá a seus fins e nenhum princípio ou norma constitucional sofrerá lesão.

(C) constitucional, pois a regulamentação dos jogos que dependem de sorte fica sob responsabilidade dos estados membros.

(D) inconstitucional, pois não cabe aos estados membros a regulamentação de loterias.

Questão 58

Considere a seguinte situação hipotética:
O Presidente da República apresenta projeto de lei ao Congresso Nacional com vistas a estabelecer que as juntas comerciais passem a respeitar o prazo máximo de 5(cinco) dias úteis para o registro das pessoas jurídicas, pretendendo fomentar a atividade empresária no Brasil. Esse projeto de lei é regularmente analisado e aprovado sem emendas pelo Congresso Nacional, vindo a ser sancionado pelo Presidente da República.

À luz da CRFB e do sistema de repartição de competências nela contida, pode-se afirmar que a referida lei

(A) revoga todas as leis anteriormente vigentes no tocante ao prazo para o registro da pessoas jurídicas, já que a união é o ente federativo hierarquicamente superior, apesar de se tratar de uma competência comum.
(B) revoga todas as legislações estaduais que versem sobre juntas comerciais, visto a competência para legislar sobre tal assunto ser uma competência concorrente e que a legislação do ente mais abrangente revoga a legislação do ente menos abrangente.
(C) derroga todas as leis estaduais especificamente no tocante ao prazo para a prática dos registros, quando elas fixarem prazo diverso para a prática do ato, já que tal competência é uma competência concorrente e que, neste caso, a união está apenas firmando um princípio geral.
(D) é inconstitucional, já que se trata de uma competência exclusiva dos estados legislar sobre matéria referente às juntas comerciais.

Questão 59

De acordo com a Constituição de 1988, qualquer cidadão brasileiro pode questionar judicialmente atos lesivos ao patrimônio público, bem como a moralidade administrativa, o meio ambiente e o patrimônio histórico e cultural.

Sobre o ingresso de uma ação popular, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) entendeu que

(A) basta haver uma lesão do patrimônio público.
(B) são necessários três pressupostos: a condição de eleitor do proponente, a ilegalidade ou ilegitimidade do ato e a lesividade decorrente do ato praticado.
(C) é necessária a comprovação do pleno exercício de cidadania do proponente, ou seja, ele estar em dia com a justiça eleitoral.
(D) é preciso, obrigatoriamente, da atuação do Ministério Público em coautoria.

Questão 60

Diante de uma grave instabilidade institucional ocorrida em um estado da federação, o Presidente da República decidiu por decretar o estado de sítio para prontamente restabelecer a ordem constitucional que foi atacada. Tendo cumprido as formalidades para a decretação do ato, o Presidente determinou a restrição quanto à liberdade de imprensa, retirando o poder de livre comunicação jornalística.

Tendo sido procurado para analisar essa decisão tomada pelo Presidente da República, você a classificaria como medida

(A) inconstitucional, pois a instabilidade institucional não é causa para a decretação do estado de sítio.
(B) constitucional, já que as formalidades do ato foram cumpridas e o Presidente pode restringir a liberdade de imprensa, no caso de decretação do estado de sítio.
(C) inconstitucional, porque apesar das formalidades terem sido cumpridas, descabe o constrangimento à liberdade de comunicação jornalística.
(D) constitucional, porque tendo o Presidente o poder para decretar o estado de sitio, medida excepcional, também terá o poder de estabelecer qualquer tipo de restrição, inclusive quanto à liberdade de imprensa.

Questão 61

O Código de Processo Civil estabelece que a competência é determinada no momento do registro ou da distribuição da petição inicial, sendo irrelevantes as modificações do estado de fato ou de direito ocorridas posteriormente, entretanto, a própria legislação processual estabelece exceções.

Considerando a legislação processual, **NÃO** se configura **EXCEÇÃO**, quando

(A) duas ou mais ações tiverem em comum o pedido ou a causa de pedir.
(B) ocorrer identidade entre duas ou mais ações quanto às partes e à causa de pedir, mas o pedido de uma, por ser mais amplo, abrange o das demais.
(C) o Tribunal extinguir um órgão jurisdicional fracionado e os processos forem redistribuídos para outro órgão jurisdicional fracionado, também de segundo grau.
(D) se repete ação que está em curso e essas ações são idênticas, pois possuem as mesmas partes, a mesma causa de pedir e o mesmo pedido.

Questão 62

Rogério ajuizou ação de obrigação de fazer e reparação por danos morais em face de João e Antônio, na 1ª Vara Cível da Comarca X. Rogério informou na sua petição inicial que não possuía interesse na realização da audiência de conciliação, prevista no Código de Processo Civil. O juiz, seguindo a ritualística processual, designou a audiência de conciliação e determinou a citação de João e Antônio. Os réus foram devidamente citados, sendo que João se manifestou, com 5(cinco) dias de antecedência, pela não realização da audiência de conciliação, e Antônio não se manifestou. No dia da audiência de conciliação, somente o autor compareceu à audiência.

Considerando o exposto, assinale a alternativa **CORRETA**.

(A) Como os réus João e Antônio não compareceram à audiência de conciliação, o juiz deverá considerá-los revéis e, por consequência, aplicar os efeitos da revelia.
(B) O juiz não deveria ter marcado a audiência de conciliação, já que o autor Rogério e o réu João informaram ao juízo que não tinham interesse, e o réu Antônio não se manifestou sobre o interesse de realizar a audiência.
(C) O juiz deverá aplicar uma multa de até dois por cento do valor da causa aos réus João e Antônio, na forma da legislação processual, tendo em vista que a conduta dos réus é considerada como um ato atentatório à dignidade da justiça.
(D) O juiz deverá determinar uma nova sessão destinada à conciliação, não podendo exceder a 2 (dois) meses da data de realização da primeira audiência, desde que necessária à composição das partes.

Questão 63

João ajuizou uma ação indenizatória por danos materiais e morais na 1ª. Vara Cível da Comarca X, em face da Financeira Zero, visando obter uma indenização de R$25.000,00, por danos materiais e R$ 20.000,00 por danos morais. Ainda na fase ordinatória, o juiz julgou improcedente o pedido de indenização por danos morais. Na fase decisória, ao fim da instrução, o juiz julgou parcialmente procedente o pedido de indenização por dano material, condenando a empresa Zero a pagar a importância de R$15.000,00, devidamente atualizada e com juros legais. João, inconformado, interpôs recurso de apelação, requerendo a reforma das duas decisões.

Com base na situação apresentada, pode-se afirmar que o recurso de apelação é

(A) inadequado para reexaminar a decisão que julgou improcedente o pedido de reparação por danos morais, por se tratar de decisão que comporta agravo de instrumento e sofre o efeito da preclusão.
(B) adequado, por se tratar de duas sentenças de mérito que não comportam agravo de instrumento e não são cobertas pela preclusão.
(C) inadequado para decisão que julgou parcialmente procedente o pedido de indenização por dano material, por se tratar de decisão que não comporta agravo de instrumento e as decisões não são cobertas pela preclusão.
(D) adequado, por se tratar de duas decisões de mérito que não comportam agravo de instrumento e são cobertas pela preclusão.

Questão 64

De acordo com o Código de Processo Civil, analise as assertivas a seguir e assinale a alternativa plenamente **CORRETA**.

O juiz nas causas que dispensem a fase instrutória, independentemente da citação do réu, julgará liminarmente improcedente o pedido que / em que

I. contrariar enunciado de súmula de tribunal de justiça sobre direito local.
II. for verificada a decadência ou a prescrição.
III. contrariar acórdão proferido pelo Supremo Tribunal Federal.
IV. contrariar acórdão proferido pelo Superior Tribunal de Justiça.
V. contrariar entendimento firmado em incidente de resolução de demandas repetitivas.

(A) I, II e V.
(B) I, III, IV e V.
(C) II, III e IV.
(D) III, IV e V.

Questão 65

De acordo com o Código de Processo Civil, sentença é o pronunciamento por meio do qual o juiz, com fundamento nos Artigos 485 e 487, põe fim à fase cognitiva do procedimento comum, bem como extingue a execução.

Então, assinale a alternativa **INCORRETA.**

(A) O juiz, ao prolatar a sentença, deverá obrigatoriamente fazer o relatório, que conterá os nomes das partes, a identificação do caso, com a suma do pedido e da contestação, e o registro das principais ocorrências havidas no andamento do processo.

(B) O juiz, antes de prolatar a sentença de improcedência liminar do pedido, com fundamento na ocorrência de decadência ou prescrição na demanda, deverá dar oportunidade para a parte se manifestar.

(C) A sentença não será considerada fundamentada, quando o juiz na sua decisão, se limitar a invocar enunciado de súmula, sem identificar seus fundamentos determinantes nem demonstrar que o caso sob julgamento se ajusta àqueles fundamentos.

(D) O juiz, de oficio, após a sentença ter sido devidamente publicada, pode alterar a sentença para corrigir-lhe inexatidões materiais.

Questão 66

Levando-se em consideração que Jurisdição é o poder que o Estado detém para aplicar o direito a um determinado caso concreto, com o objetivo de solucionar conflitos de interesses e que uma das características da jurisdição é a imparcialidade, pode-se afirmar que ocorre a/o

(A) suspeição do juiz, quando qualquer das partes for credora de seu cônjuge e quando o juiz estiver interessado no julgamento do processo em favor de qualquer das partes.

(B) suspeição do juiz, quando for sócio de pessoa jurídica parte no processo e o impedimento, quando o juiz intervier como mandatário da parte.

(C) impedimento do juiz, quando figurar como parte no processo cliente do escritório de advocacia de seu cônjuge e a suspeição, quando o juiz promover ação contra a parte ou seu advogado.

(D) impedimento, quando o juiz for amigo íntimo ou inimigo de qualquer das partes ou de seus advogados e quando receber presentes de pessoas que tiverem interesse na causa antes ou depois de iniciado o processo.

Questão 67

André, menor impúbere, beneficiário do plano de saúde coletivo Z, começa a sentir fortes dores abdominais, vomitando durante a madrugada, e é socorrido por seus pais que o levaram para o Hospital Y, credenciado ao plano de saúde. O pediatra que fez o atendimento inicial de André diagnosticou um quadro clínico muito grave, com risco de morte, sendo necessário o imediato encaminhamento do menor para o Centro de Terapia Intensiva (CTI) do hospital. Os funcionários administrativos do hospital entraram em contato com o plano de saúde Z, pedindo autorização para internação e cirurgia do menor, mas a autorização foi negada, uma vez que André ainda não havia cumprido o período de carência exigido em contrato. Ao saber a resposta do plano de saúde, a mãe, que é advogada, resolve elaborar uma petição de ação de obrigação de fazer com pedido de tutela provisória numa das varas cíveis da Comarca Capital do Tribunal de Justiça X.

Diante do caso hipotético apresentado e, levando-se em consideração o Código de Processo Civil no que tange à utilização do instituto da tutela provisória, assinale a alternativa **CORRETA**.

(A) Devido à urgência do caso, contemporânea à propositura da ação, a petição inicial poderá limitar-se simplesmente ao requerimento da tutela antecipada, com a exposição do direito que se busca realizar e do perigo de dano ou do risco ao resultado útil do processo.

(B) A petição inicial da ação de obrigação de fazer, que visa também à prestação de tutela cautelar em caráter antecedente, indicará somente a exposição sumária do direito que se objetiva assegurar.

(C) Devido à urgência do caso, contemporânea à propositura da ação, a petição inicial que será redigida poderá limitar-se ao requerimento da tutela antecipada e à indicação do pedido final. Concedida a tutela antecipada, o autor deverá aditar a petição inicial em 15 (quinze) dias ou em outro prazo maior que o juiz fixar.

(D) Para que o magistrado conceda a tutela de evidência em favor de André, autorizando sua internação no CTI do hospital, bem como a cirurgia; a petição inicial deverá obrigatoriamente demonstrar a existência de perigo de dano e risco ao resultado útil do processo.

Questão 68

De acordo com o Código de Processo Civil, as partes têm o direito de empregar todos os meios legais, bem como os moralmente legítimos, ainda que não especificados neste Código, para provar a verdade dos fatos em que se funda o pedido ou a defesa e influir eficazmente na convicção do juiz.

Então, referente à produção de prova pelas partes, é **CORRETO** afirmar que nos casos

(A) de prova por documento eletrônico, a sua utilização no processo convencional independerá de sua conversão à forma impressa e da verificação de sua autenticidade, na forma da lei.
(B) de prova testemunhal, caberá ao advogado da parte informar ou intimar a testemunha, por ele arrolada, do dia, da hora e do local da audiência designada, dispensando-se a intimação do juízo; a intimação deverá ser realizada por carta com aviso de recebimento.
(C) de prova produzida por ata notarial, a existência e o modo de existir de algum fato podem ser atestados ou documentados de ofício ou a requerimento do interessado, mediante a ata lavrada pelo escrivão da serventia ou pelo tabelião.
(D) em que a prova a ser produzida seja suscetível de viabilizar a autocomposição ou outro meio adequado de solução de conflito, a produção antecipada da prova não será admitida.

Questão 69

A Lei Nº 8245, de 18 de outubro de 1991, normatiza as locações dos imóveis urbanos e seus procedimentos.

Tendo como direcionamento o Contrato de locação residencial previsto no diploma legal mencionado é **CORRETO** afirmar que

(A) havendo mais de um locador ou locatário, entende-se que não são solidários, exceto se o contrário se estipulou.
(B) a caução poderá ser em bens móveis, devendo ingressar no Registro de Títulos e Documentos, e a de bens imóveis, ingressar no Registro de Imóveis.
(C) poderá ocorrer a presença de mais de uma das modalidades de garantia em um mesmo contrato de locação.
(D) no caso de alienação do imóvel, o locatário tem preferência, no prazo decadencial de 60 dias, para adquiri-lo, em igualdade de condições com terceiros, devendo o locador dar-lhe conhecimento do negócio mediante notificação judicial ou extrajudicial.

Questão 70

L.M.S. pactuou um negócio jurídico com V.M.V., tendo o direito de receber um carro, no valor de R$50.000,00 (cinquenta mil reais), ou um quadro de artista renomado avaliado no mesmo montante, ou a quantia correspondente.

Considerando a situação hipotética apresentada, trata-se de uma obrigação

(A) facultativa.
(B) cumulativa.
(C) conjunta.
(D) alternativa.

Questão 71

A Lei Nº 11.101/2005 trouxe para o nosso ordenamento jurídico o instituto da recuperação judicial, tendo os seguintes princípios basilares: Preservação da Empresa e Viabilidade Econômica.

Diante do exposto, o instituto mencionado aplica-se à Sociedade

(A) seguradora.
(B) simples.
(C) de economia mista.
(D) empresária.

Questão 72

O Contrato de Agência é conhecido também como Contrato de Representação Comercial, instituído pela Lei Nº 4.886, de 09 de dezembro de 1965, e teve alterações conferidas pela Lei Nº 8.420, de 08 de maio de 1992. A legislação mencionada apresenta os elementos específicos obrigatórios para o pacto entre as partes, além dos elementos comuns a qualquer negócio jurídico.

A cláusula *del credere*, no contrato em questão, é

(A) presumida.
(B) permitida, em qualquer situação de inadimplência, mesmo sem previsão contratual.
(C) vedada.
(D) aplicada, somente, quando o agente/representante comete infração prevista em contrato.

Questão 73

À luz do Código Civil vigente, analise a seguinte situação hipotética: C.W.L., solteiro, autônomo, 42 anos, em pleno gozo de seus direitos civis doou, sem coação, todos os seus bens, para o seu afilhado de 22 anos. Com o negócio jurídico celebrado, C.W.L. ficou sem nenhum bem suficiente para a sua subsistência. O contrato foi lavrado através de escritura pública e, posteriormente, registrado no Cartório de Registro Geral de Imóveis competente, sem nenhum gravame.

Sendo assim, pode-se afirmar que o negócio jurídico pactuado é

(A) anulável.
(B) nulo.
(C) válido.
(D) ineficaz.

Questão 74

Determinada sociedade limitada empresária, inscrita como ME, passa por uma crise financeira séria, acarretando dificuldades em obtenção de crédito na praça, e consequentemente não está cumprindo com suas obrigações no mercado. A Lei Nº 11.101/2005, em seu Art. 72, *caput*, menciona: *Caso o devedor de que trata o art. 70 desta Lei opte pelo pedido de recuperação judicial com base no plano especial disciplinado nesta Seção, não será convocada assembleia-geral de credores para deliberar sobre o plano, e o juiz concederá a recuperação judicial se atendidas as demais exigências desta Lei*.

A previsão mencionada ressalta o Princípio da

(A) proteção aos trabalhadores.
(B) participação ativa dos credores.
(C) desburocratização.
(D) maximização dos ativos.

Questão 75

Um médico trazia consigo, enquanto realizava sua corrida noturna em um parque da cidade, uma arma de fogo calibre 9 mm. Um policial militar, após tomar ciência do fato, abordou o médico e lhe deu voz de prisão. Ato contínuo, já no interior da viatura, o policial disse que *poderia fazer vista grossa*, caso lhe desse um *agrado*.

Então, o médico entregou a quantia de R$ 100,00 (cem reais) ao policial, que permitiu que ele fosse embora, levando consigo a mencionada arma.

Diante do exposto, é **CORRETO** afirmar que o

(A) policial cometeu crime de corrupção ativa e o médico cometeu crime de corrupção passiva.
(B) policial cometeu crime de corrupção passiva.
(C) policial cometeu crime de prevaricação.
(D) médico cometeu crime de corrupção ativa.

Questão 76

Judith, no exercício de seu mandato como Presidente da República, cometeu crime de responsabilidade por agir em desacordo com a lei orçamentária. José, prefeito de Tatuzinho do Sul, igualmente cometeu crime de responsabilidade, também por agir em desacordo com a lei orçamentária do município.

Considerando o apresentado, é **INCORRETO** afirmar que

(A) Judith será julgada pelo Senado Federal.
(B) José está sujeito à pena de três meses a três anos.
(C) Judith e José não serão submetidos a processo penal, posto que os crimes de responsabilidade não se confundem com os crimes comuns, de modo que não se aplicam as normas de direito penal.
(D) José será julgado pelo poder judiciário.

Questão 77

De acordo com a Lei Nº 9.504 de 1997, é **CORRETO** afirmar que

(A) nas eleições proporcionais, contam-se como válidos apenas os votos dados a candidatos regularmente inscritos e às legendas partidárias.
(B) é obrigatório aos partidos políticos, dentro da mesma circunscrição, celebrar coligações para eleição majoritária, proporcional, ou para ambas.
(C) as normas para a escolha e substituição dos candidatos e para a formação de coligações serão estabelecidas por lei complementar.
(D) é facultado ao partido ou coligação substituir candidato que for considerado inelegível, renunciar ou falecer após o termo final do prazo do registro ou, ainda, tiver seu registro cassado.

Questão 78

No que concerne à literalidade do Código Eleitoral, é **CORRETO** afirmar que

(A) somente cidadão brasileiro nato pode pretender investidura em cargo eletivo, respeitadas as condições constitucionais e legais de elegibilidade e incompatibilidade.
(B) são eleitores apenas os brasileiros maiores de 16 anos que se alistarem na forma da lei.
(C) não se podem alistar eleitores: os analfabetos; os que não saibam se exprimir na língua portuguesa; os que estejam privados, transitória ou permanentemente, dos direitos políticos.
(D) os militares são alistáveis, desde que oficiais, aspirantes a oficiais, guardas-marinha, subtenentes ou suboficiais, sargentos ou alunos das escolas militares de ensino superior para formação de oficiais.

Questão 79

Com relação à Lei Nº 9.096, que regulamenta os partidos políticos, pode-se afirmar o seguinte:

(A) a responsabilidade por violação dos deveres partidários deve ser apurada e punida pelo competente órgão, na conformidade do que disponha o estatuto de cada partido.
(B) é assegurada aos partidos políticos autonomia para definir sua estrutura interna e estabelecer regras sobre escolha, formação e duração de seus órgãos permanentes e provisórios e sobre sua organização e funcionamento.
(C) os partidos políticos, após adquirirem personalidade jurídica, na forma da lei civil, registrarão seus estatutos no Tribunal Superior Eleitoral.
(D) é livre a criação, fusão, incorporação e extinção de partidos políticos, resguardados a soberania nacional, o regime democrático, o pluripartidarismo e os direitos fundamentais da pessoa humana.

Questão 80

No que se refere às condições de elegibilidade, analise os itens a seguir.

I. A nacionalidade brasileira ou certidão de naturalizado
II. O pleno exercício dos direitos políticos
III. Domicílio eleitoral na circunscrição
IV. A filiação partidária e comprovante de alistamento militar

Assinale a alternativa que contempla plenamente todos os itens **CORRETOS.**

(A) I e II.
(B) II e III.
(C) III e IV.
(D) II.

Questão 81

Gilberto é candidato a prefeito no município de Buritis/RR. Sua esposa Roberta é candidata à governadora no estado de Roraima. Michele, filha adotiva do casal, é vereadora em Buritis/RR e candidata à reeleição.

Tendo em vista o caso exposto, é **CORRETO** afirmar que

(A) Gilberto é inelegível.
(B) Roberta poderá se candidatar para o cargo de governadora.
(C) Michele não terá problemas em sua candidatura à reeleição.
(D) Roberta e Michele estão impedidas de prosseguir com as candidaturas.

Questão 82

Amauri é governador no Estado do Espírito Santo, mas devido a sucessivas crises entre ele e o partido, decidiu candidatar-se a prefeito da capital Vitória, por outro partido político.

Nesse sentido, pode-se afirmar que Amauri

(A) não poderá concorrer a prefeito de Vitória, até o final do mandato de Governador.
(B) terá que renunciar ao respectivo mandato de governador até seis meses antes do pleito — instituto da desincompatibilização.
(C) terá esse conduto vedado, porque ele trocou de partido político.
(D) terá que renunciar ao respectivo mandato de governador até cinco meses antes do pleito, para se candidatar a prefeito.

Questão 83

De acordo com a Constituição Federal de 1988, é livre a criação, fusão, incorporação e extinção de partidos políticos, resguardados a soberania nacional, o regime democrático, o pluripartidarismo, os direitos fundamentais da pessoa humana e observados os seguintes preceitos, **EXCETO** a/o

(A) prestação de contas ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e STF, respectivamente.
(B) proibição de recebimento de recursos financeiros de entidade ou governo estrangeiros ou de subordinação a eles.
(C) caráter nacional.
(D) funcionamento parlamentar de acordo com a lei.

Questão 84

De acordo com o entendimento sumulado do TSE, assinale a alternativa **CORRETA**.

(A) O exercício de mandato eletivo, por si só, é circunstância capaz de comprovar a condição de alfabetizado do candidato.
(B) Cabe recurso especial eleitoral para simples reexame do conjunto fático-probatório.
(C) Só é admissível recurso especial eleitoral por violação à legislação municipal ou estadual, ao regimento interno dos tribunais eleitorais ou às normas partidárias.
(D) A suspensão de direitos políticos decorrente de condenação criminal transitada em julgado cessa com o cumprimento ou a extinção da pena, independendo de reabilitação ou de prova de reparação dos danos.

Questão 85

O estado de Roraima passa por uma grave situação financeira, decorrente do fluxo migratório provocado pela crise humanitária na Venezuela, o que ensejou um aumento populacional temporário, desordenado e imprevisível, sobrecarregando a prestação de serviços públicos de saúde, de saneamento básico e de segurança pública, que consistiria em situação de calamidade pública.

Diante dessa situação, seria possível obter uma imediata ajuda financeira do Governo Federal, pela liberação de crédito

(A) adicional especial, mediante prévia autorização legislativa do Congresso Nacional, devido ao estado de calamidade pública
(B) extraordinário, em razão do estado de calamidade pública, mediante edição de MP.
(C) suplementar, que daria o reforço necessário para suportar as despesas imprevistas, por meio da edição de uma MP.
(D) especial, assim como o extraordinário, já que ambos podem ser autorizados por meio de MP.

Questão 86

Com relação ao tema Receita Pública, assinale a alternativa **CORRETA**.

(A) A Lei de Responsabilidade Fiscal veda a concessão de qualquer tipo de benefício fiscal do qual resulte em renúncia de receita, somente sendo possível a concessão para os casos de desenvolvimento de determinada região do ente tributante.
(B) Qualquer ingresso de valores para os cofres da Administração Pública Estadual pode ser considerado Receita Pública pelos termos da Lei de Responsabilidade Fiscal.
(C) Os tributos são classificados como receita originária.
(D) A Receita Corrente Líquida deverá ser adotada para se identificar o percentual de comprometimento do orçamento público com o gasto com pessoal.

Questão 87

A Assembleia Legislativa pretende aprovar uma lei que irá instituir uma *Taxa única de Administração Tributária*, que deverá ser recolhida trimestralmente por cada pessoa jurídica que seja contribuinte de ICMS no Estado de Roraima para que ela possa ter direito a utilizar qualquer dos serviços fornecidos como certidões, cadastros, pedidos de parcelamento e oferecimento de impugnações.

Em seu parecer, deverá ser informado o seguinte:

(A) o referido projeto de lei não é constitucional, porque prevê que o recolhimento da taxa deverá ocorrer independentemente da prestação de serviços, ou seja, da ocorrência do fato gerador.
(B) o referido projeto de lei é constitucional porque, segundo o Código Tributário Nacional (CTN), nenhuma lei deve restringir as atribuições dos poderes inerentes à Administração Tributária.
(C) deve ser considerado que o exercício do poder de polícia, quando exercido de forma regular pode ensejar a cobrança de taxa, como prevê a Constituição Federal, por isso, não há de se cogitar em inconstitucionalidade.
(D) no referido projeto de lei não há inconstitucionalidade, visto que, como prevê o CTN, o fato gerador pode ser potencial ou efetivo.

Questão 88

Considerando o posicionamento do Superior Tribunal de Justiça sobre o tema decadência, é possível afirmar que

(A) os tributos sujeitos a lançamento por homologação não estão sujeitos à decadência, considerando que representam um autolançamento.
(B) nos casos de dolo, fraude ou simulação, a contagem do prazo decadencial se iniciará da identificação de tais eventos.
(C) nos casos em que o contribuinte deixa de honrar o parcelamento a que aderiu, haverá a interrupção do prazo decadencial.
(D) nos casos sujeitos a lançamento por homologação em que não houver declaração do débito, o prazo decadencial quinquenal para o Fisco constituir o crédito tributário conta-se exclusivamente na forma do Art. 173, Inciso I, do CTN.

Questão 89

Em sede de execução fiscal, foi identificado que uma pessoa jurídica contribuinte encerrou suas atividades de forma irregular, sem baixa nos órgãos competentes.

Nesse caso, o Procurador do Estado pode requerer

(A) a desconsideração da personalidade jurídica para que todos os sócios respondam solidariamente com a pessoa jurídica à qual pertencem.
(B) o redirecionamento da execução fiscal para que o sócio com poder de gestão possa responder pessoalmente pelo crédito tributário em razão da infração à lei.
(C) o imediato arresto de todos os bens dos sócios diante da dissolução irregular da pessoa jurídica.
(D) que se oficie ao Ministério Público Federal, diante da materialização do crime de sonegação fiscal.

Questão 90

A Assembleia Legislativa do Estado de Roraima (ALE-RR) submete à sua apreciação um Projeto de Lei que pretende conceder redução de ICMS às empresas estabelecidas no referido Estado que vierem a promover cursos profissionalizantes para seus empregados de forma graciosa, sem nenhum custo para os mesmos.

Com base nesse cenário, deve ser mencionado no seu parecer

(A) a necessidade de que essa lei seja aprovada sob o processo legislativo da lei complementar por expressa exigência constitucional.
(B) a obtenção prévia de deliberação dos Estados membros da Federação, por meio de um Convênio Interestadual aprovado pela maioria dos seus integrantes.
(C) a obtenção de prévia deliberação dos Estados membros da Federação, por meio de um Convênio Interestadual aprovado por unanimidade de seus integrantes.
(D) que, considerando o caráter social inegável e os benefícios que decorreriam de tal medida para o Estado, de uma forma geral, poderia ser celebrado o Convênio Interestadual, posteriormente, sem que materializasse nenhuma inconstitucionalidade, de acordo com posicionamento do STF.

Questão 91

Analise as seguintes assertivas sobre a Seguridade Social, à luz da CFB/88, considerando-as como Verdadeiras ou Falsas.

I. A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivo a proteção ao trabalhador em situação de desemprego involuntário.
II. Nos termos da CFB/88, a Seguridade Social é estruturada em um sistema bipartite, nele compreendidas a Assistência Social e a Previdência Social.
III. Constitui objetivo da Seguridade Social o caráter democrático e descentralizado da administração, mediante gestão quadripartite com participação dos trabalhadores, dos empregados, dos aposentados e do Governo nos órgãos colegiados.
IV. Em relação aos servidores militares, o tempo de contribuição federal, estadual ou municipal será contado para efeito de aposentadoria e o tempo de serviço correspondente, para efeito de disponibilidade.
V. A contributividade é princípio da Seguridade Social e específico da Previdência Social.

Assinale a alternativa que contempla a sequência **CORRETA**, lida de cima para baixo.

(A) F V F V F.
(B) F F V V V.
(C) V V F F F.
(D) V F F F V.

Questão 92

Caio trabalhou como empregado celetista em uma farmácia por 7 anos, quando pediu demissão, pois foi aprovado em concurso público para o cargo efetivo de Técnico Administrativo de um município que possui regime próprio de previdência social. Ele trabalhou nesse cargo por 10 anos. Depois disso, Caio foi aprovado em concurso público para o cargo de Procurador de um Estado da Federação, que também possui regime próprio de previdência social, e onde permaneceu trabalhando até a sua aposentadoria compulsória.

Considerando a situação-problema apresentada, analise as seguintes assertivas sobre Caio.

I. Será aposentado com proventos proporcionais ao tempo de contribuição.
II. Poderá averbar o tempo de contribuição do cargo de Técnico Administrativo para efeitos de aposentadoria.
III. Poderá averbar o tempo de contribuição do período em que trabalhou na farmácia para efeitos de aposentadoria.
IV. Após a sua aposentadoria, ele poderá fazer prova para outro concurso de cargo efetivo do Estado onde se aposentou.
V. O Estado, que concedeu a aposentadoria, deverá requerer a compensação financeira ao Regime Próprio do município em que ele averbou o tempo de contribuição para aposentadoria.
VI. O Estado, que concedeu a aposentadoria, deverá requerer a compensação financeira ao INSS, referente ao tempo de contribuição trabalhado na farmácia.

Então, a alternativa que contempla a sequência **CORRETA**, lida de cima para baixo, é a seguinte:

(A) V F F F V F.
(B) F F F V V V.
(C) V V V F F V.
(D) V V V F F F.

Questão 93

Considerando a Legislação Previdenciária do Estado de Roraima (Lei Complementar Estadual Nº 054/2001), aprecie cada uma das seguintes afirmações como Verdadeira ou Falsa:

I. Participante é a pessoa que, na qualidade de dependente de participante, pode exigir o gozo de benefício especificado na Lei Complementar Estadual Nº 054/2001.
II. O Estado poderá contribuir para a formação de reservas para pagamento de benefícios facultativos, que serão atuarialmente calculados sobre o regime de contribuição definida.
III. Na qualidade de dependente de participante, o filho, o cônjuge, o pai e o irmão devem fazer prova de sua dependência econômica e financeira, constituindo requisito para a atribuição da qualidade de dependente e o gozo de benefícios.
IV. O servidor do Estado de Roraima ativo que estiver cedido a Órgão ou entidade da Administração Direta ou Indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e de Municípios terá suspensa a sua filiação ao Regime Próprio de Previdência Social do Estado de Roraima.
V. A aposentadoria vigorará a partir da publicação do respectivo ato, inclusive no caso de concessão de aposentadoria compulsória.

Analisadas essas afirmações, assinale a alternativa que apresenta a sequência **CORRETA.**

(A) F F V V V
(B) F F V F V
(C) V V V F F
(D) F F F F F

Questão 94

Luísa é servidora pública do Estado de Roraima, ocupante de cargo efetivo, tendo sido eleita Deputada Estadual desse Estado.

(A) Considerando o regime previdenciário de Luísa, é correto afirmar que será suspensa da condição de participante do Regime Próprio de Previdência do Estado de Roraima, até o término do mandato eletivo.
(B) Migrará para o Regime Geral de Previdência Social.
(C) Manterá sua condição de participante do Regime Próprio de Previdência Social do Estado do Roraima, mesmo tendo sido eleita Deputada Estadual.
(D) Poderá averbar seu tempo de contribuição junto ao Regime Próprio de Previdência de cargos eletivos.

Questão 95

Segundo a Constituição do **E**stado de Roraima, é **CORRETO** afirmar que a fiscalização dos Municípios será exercida pelo

(A) Tribunal de Contas do Estado (TCE) e pelo poder executivo municipal, na forma da lei.
(B) TCE e pelo poder executivo estadual, na forma da lei.
(C) poder legislativo, unicamente, através do TCE e das Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs).
(D) poder legislativo estadual através de comissão parlamentar própria, pelo TCE e pelo poder executivo Municipal, na forma da lei.

Questão 96

Segundo a Constituição do Estado de Roraima, não perderá o mandato legislativo, o deputado que estiver licenciado pela Assembleia Legislativa por motivo de doença ou para tratar de interesse particular

(A) desde que, neste caso, o afastamento não ultrapasse 120 (cento e vinte) dias por sessão legislativa.
(B) sem remuneração, desde que, neste caso, o afastamento não ultrapasse 120 (cento e vinte) dias por sessão legislativa.
(C) sem remuneração, desde que, neste caso, o afastamento não ultrapasse 120 (cento e vinte) dias por sessão legislativa, e que o suplente esteja exercendo continuamente o mandato.
(D) sem remuneração, desde que, neste caso, o afastamento não ultrapasse o período correspondente a uma sessão legislativa.

Questão 97

No tocante à progressão por qualificação no cargo de Procurador legislativo do Estado de Roraima, e nos termos da Resolução Legislativa Nº 013/17, é **CORRETO** afirmar que a progressão

(A) somente poderá ocorrer respeitados os interstícios de 5 (cinco) anos.
(B) por qualificação depende apenas da conclusão de curso de nível superior.
(C) pode ser, a qualquer tempo, desde que o procurador conclua curso de especialização com carga horária mínima de 360 horas, mestrado ou doutorado.
(D) sendo a primeira, somente poderá ser concedida, após a aprovação no estágio probatório.

Questão 98

Sobre a estabilidade do servidor público do Estado de Roraima, nos termos da Lei complementar Nº 053/2001, é **CORRETO** afirmar que o servidor habilitado em concurso público e empossado em cargo de provimento efetivo adquirirá estabilidade no serviço público ao completar

(A) 2 (dois) anos de efetivo exercício e aprovação em avaliação de desempenho.
(B) 3 (três) anos de efetivo exercício, as etapas de qualificação profissional previstas em lei e aprovação em avaliação de desempenho.
(C) 3 (três) anos de efetivo exercício e aprovação em avaliação de desempenho.
(D) 3 (três)anos de efetivo exercício e aprovação em avaliação e provas de desempenho.

Questão 99

Compete à Procuradoria Geral da Assembleia Legislativa, nos termos da Resolução Legislativa N° 013/17, **EXCETO** o seguinte:

(A) opinar, previamente, com referência ao cumprimento de decisões judiciais.
(B) propor à Mesa Diretora a edição de atos normativos secundários.
(C) editar enunciados dos seus pronunciamentos.
(D) elaborar lista tríplice para nomeação do Corregedor da Procuradoria Geral da Assembleia Legislativa.

Questão 100

De acordo com a Lei complementar Nº 053/2001, dentre outros, é requisito básico para a investidura em cargo público, a

(A) quitação com as obrigações militares e eleitorais; aptidão física e mental.
(B) idade mínima de dezoito anos; gozo de direitos patrimoniais.
(C) aptidão física e mental; idade mínima de dezesseis anos.
(D) quitação com as obrigações militares e eleitorais; gozo de direitos patrimoniais.

Anote no quadro abaixo suas respostas e destaque esta folha do Caderno de Questões. Esta folha é sua!

Q1	Q2	Q3	Q4	Q5	Q6	Q7	Q8	Q9	Q10

Q11	Q12	Q13	Q14	Q15	Q16	Q17	Q18	Q19	Q20

Q21	Q22	Q23	Q24	Q25	Q26	Q27	Q28	Q29	Q30

Q31	Q32	Q33	Q34	Q35	Q36	Q37	Q38	Q39	Q40

Q41	Q42	Q43	Q44	Q45	Q46	Q47	Q48	Q49	Q50

Q51	Q52	Q53	Q54	Q55	Q56	Q57	Q58	Q59	Q60

Q61	Q62	Q63	Q64	Q65	Q66	Q67	Q68	Q69	Q70

Q71	Q72	Q73	Q74	Q75	Q76	Q77	Q78	Q79	Q80

Q81	Q82	Q83	Q84	Q85	Q86	Q87	Q88	Q89	Q90

Q91	Q92	Q93	Q94	Q95	Q96	Q97	Q98	Q99	Q100